

Democratizando a Sustentabilidade

**Fernando Sampaio*

É um fato inegável que o Brasil cresceu além da capacidade do Estado de fiscalizar, controlar, construir e educar.

Isso é evidente na falta de infraestrutura do país, dos transportes aos hospitais.

É evidente também no desempenho da nossa educação, e na falência da extensão rural.

E é ainda mais evidente na falta de fiscalização e controle sobre as terras públicas, especialmente nas regiões de fronteira agrícola.

O que não é evidente é termos uma carga tributária escandinava para receber de volta serviços africanos neste país.

Como reflexo disto, observamos o que o jornalista e escritor italiano Giuliano da Empoli chama de privatização do espaço público. Brasileiros no exterior frequentemente citam shoppings centers e condomínios fechados como símbolos de desenvolvimento. Não entendem que uma cidade européia não precisa de shoppings porque o centro da cidade onde as pessoas fazem compras é limpo, bonito e seguro. Ou que as ruas são limpas e seguras e portanto moradores não precisam cercarem-se de muros e guardas armados.

Além disso, os brasileiros que pagam impostos são obrigados também por força da necessidade, a pagarem escolas privadas para seus filhos, planos de saúde e guardas de rua para poderem ter o que o Estado não oferece (apesar dos impostos).

Analogamente, a sustentabilidade na pecuária está sendo privatizada pela indústria da carne, ou por imposição legal, no caso dos Termos de Ajuste de Conduta, ou por necessidade comercial, para garantir a oferta de animais com origem garantida e para garantir o cumprimento das exigências de certos clientes e agentes financiadores.

Os grandes frigoríficos hoje têm seus fornecedores no Bioma Amazônia georreferenciados e monitorados por satélite, para garantir que os mesmos não estejam em áreas do conflito com Terras Indígenas e Unidades de Conservação, e também para garantir que não estejam desmatando. Também estão patrocinando licenças ambientais para seus fornecedores.

Os mesmos frigoríficos criaram equipes de treinamento para pecuaristas, que fazem diagnósticos de fazendas e que dão orientações em boas práticas.

Os frigoríficos também estão dando orientações e investigando o mau uso de medicamentos nas fazendas. O Brasil perdeu mais de 140 milhões de dólares em exportações de corned beef para os Estados Unidos em 2010 devido à suspensão das exportações por resíduos de ivermectina no produto.

Transfere-se assim ao setor privado a necessidade de se promover a extensão rural e a responsabilidade de se forçar uma regularização fundiária e ambiental no campo. Uma responsabilidade que é do Estado e que hoje é agravada por

uma legislação indefinida, uma insegurança jurídica e fundiária imensa e por órgãos públicos sem capacidade de administração.

Existe uma estratégia óbvia em se pressionar a indústria a assumir esta responsabilidade. Tanto o setor público como o privado enxerga a indústria como um instrumento para se forçar a regularização de produtores, afinal é muito mais fácil cercear um punhado de frigoríficos do que convencer 3 milhões de pecuaristas a se adequarem.

Esta estratégia no entanto apresenta alguns riscos:

O primeiro, é que por maior que seja a abrangência dos grandes frigoríficos, apenas uma parcela pequena de produtores será beneficiada ou punida pela atuação destes. Uma grande maioria nos elos de cria e recria, ou distantes dos centros de abate está fora do escopo de atuação da indústria.

O segundo é que se transfere aos frigoríficos um ônus que não é compartilhado pelo resto da cadeia produtiva. Um custo que só as grandes empresas conseguem suportar.

O terceiro é que a indústria é obrigada hoje a trabalhar por exclusão. Se um produtor não se enquadra em certos critérios, ele é excluído das vias normais de comercialização. Desnecessário dizer que de alguma forma este produtor tentará de alguma forma sobreviver, seja trabalhando em mercados não fiscalizados, seja apelando para outras fontes de renda que nas regiões de fronteira são bem escassas.

A indústria não tem pretensão nenhuma de fugir às suas responsabilidades e compromissos assumidos. No entanto, quando a estratégia acima parece ser a única em prática, entendemos, dados os riscos citados, ser nosso dever apontar outros caminhos para que se consiga promover a sustentabilidade no campo.

Na visão da ABIEC, as bases da sustentabilidade estão nos seguintes pilares:

1. Segurança Jurídica
2. Acesso a mercado
3. Acesso a Crédito
4. Ciência e Tecnologia
5. Educação

O Estado, seja ele nas esferas municipal, estadual ou federal, deve ter o controle de quem é o produtor, quem é o dono da terra e qual é a unidade de produção. Sem isso não há como fazer a gestão ambiental de um município ou região. Para isso a regularização fundiária é a pedra fundamental sobre a qual pode ser feita a regularização ambiental.

Esta no entanto depende de uma definição de legislação, principalmente em relação ao Código Florestal.

Depois de criado, o Código Florestal passou por inúmeras alterações, nenhuma delas discutida democraticamente, o que está sendo feito pela primeira vez agora.

Enquanto a legislação ambiental não for definida, não haverá a possibilidade de adesão de produtores a qualquer programa de regularização.

Crédito e mercado são essenciais para que produtores possam se capitalizar. Trabalhando por exclusão, indústrias e bancos impedem que milhares de produtores que passaram décadas de vacas magras degradando pastos possam investir em seu negócio.

Precisamos de mecanismos de acesso a mercado e crédito mesmo que a situação legal do produtor esteja em processo de andamento. É preciso criar uma troca de dinheiro por comprometimento, o que não pode ser feito enquanto a insegurança jurídica persistir.

Descapitalizado, o produtor não investe em tecnologia.

Segundo a Embrapa, entre 1950 e 2006 os ganhos em produtividade explicam 79% do crescimento na produção pecuária no Brasil. Esta evolução possibilitou um efeito poupa-terra de 525 milhões de hectares. Ainda assim temos uma possibilidade imensa de evoluir ainda mais em produtividade.

É a pesquisa, e a tecnologia dela oriunda que possibilitarão ao país crescer e preservar.

Finalmente, para que essa tecnologia seja aplicada, é preciso mão de obra qualificada e produtores capazes de por em prática o que a ciência oferece, o que vem da educação e da extensão rural.

Dados os desafios, acreditamos que estes devam ser encarados por todos os elos da cadeia produtiva.

É com esse objetivo que a ABIEC integrou o GTPS, Grupo de Trabalho da Pecuária Sustentável, uma iniciativa multi-stakeholder única no Brasil que reúne produtores, indústria, varejo, insumos, instituições financeiras e sociedade civil.

Dentro do GTPS buscaremos:

- identificar os problemas de cada elo
- identificar os instrumentos que já existem nos diversos elos para solucionar estes problemas
- propor novas soluções
- formas de financiar estas soluções
- formas de disseminar estas soluções

É preciso democratizar a sustentabilidade. É a isto que estamos nos propondo.

****É Diretor e Coordenador de Sustentabilidade da ABIEC***